

## **COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE**

### **PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº , DE 2011** (Do Sr. Rubens Bueno)

*Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle efetue ato de fiscalização e controle, com auxílio do Tribunal de Contas da União – TCU, para investigar denúncias de adulteração de parecer técnico pela diretora de Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades, que vetava a mudança de projeto do governo de Mato Grosso, culminando no aumento de 700 milhões em relação ao valor da obra de melhoria de transporte urbano, prevista no projeto original.*

Senhor Presidente,

Com base no art. 100, § 1º, combinado com o art. 24, inciso X, com o art. 60, inciso II e com o art. 61, §1º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e dos incisos IV, VII e VIII do art. 71 da Constituição Federal, requeiro que V.Exª se digne a adotar as medidas necessárias para efetuar ato de fiscalização e controle, com auxílio do Tribunal de Contas da União – TCU, para investigar denúncias de adulteração de parecer técnico pela diretora de Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades, que vetava a mudança de projeto do governo de Mato Grosso, culminando no aumento de 700 milhões em relação ao valor da obra de melhoria de transporte urbano prevista no projeto original.

## JUSTIFICATIVA

Segundo denúncia publicada no jornal O Estado de São Paulo, de 24 de novembro de 2011, o Governo do Estado de Mato Grosso apresentou ao Ministério das Cidades uma proposta de alteração de mobilidade urbana da Copa do Mundo de 2014, a ser realizada no Brasil, para alterar o BRT (*Bus Rapid Transit*) pelo VLT (Veículo Leve sobre Trilhos). Essa mudança provocaria uma elevação do orçamento de R\$ 489 milhões para R\$1,2 bilhão.

A nota técnica n.º 123/2011/DeMOB/SeMOB/MCIDADES, de 8 de agosto de 2011, elaborada pelo analista de infraestrutura, Igor de Oliveira Guerra, informava que, “em função de não haver uma posição clara sobre a melhor tecnologia e, especialmente pelo fato da escolha de um empreendimento ter ordem de investimento de mais de um bilhão de reais e impactar nos dois principais eixos de transporte conturbado urbano de Cuiabá/Várzea Grande, mais se justifica a necessidade de estudos de viabilidade amplo e profundo”, além do risco de sua não conclusão. O analista afirma ainda que “as configurações de outros cenários poderiam resultar em soluções mais interessantes para a Administração Pública e para a sociedade”, ou seja, indicando a existência de outras possibilidades mais adequadas e mais baratas. No dia 24 do mesmo mês, esse parecer foi aprovado pela Diretoria de Mobilidade Urbana do Ministério.

No entanto, segundo o periódico, pressões políticas do Governo do Estado de Mato Grosso levaram a Diretora de Mobilidade Urbana, Luiza Gomide Vianna, a solicitar à gerente de projetos, Cristina Maria Soja, a alteração dos documentos do processo, por meio de parecer

favorável a obra com o mesmo número da nota técnica, em substituição ao anterior.

Aprovado o projeto, o Governo Federal publicou a nova Matriz de Responsabilidades da Copa do Mundo, contemplando o VLT de Mato Grosso.

Conforme o jornal, o Ministério das Cidades encaminhou uma nota admitindo haver divergências técnicas em torno do projeto. Entretanto, não explica o motivo de haver duas notas técnicas de número 123/2011 sobre uma mesma obra.

Pelas razões acima expendidas, requeremos sejam adotadas as providências necessárias pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - CFFC, a fim de que se realizem os atos de fiscalização e controle em conjunto com o Tribunal de Contas da União - TCU sobre os fatos e, se as denúncias forem verdadeiras, o relatório final seja encaminhado às autoridades competentes para a punição dos envolvidos. Dessa forma, peço o apoio dos nobres Pares para a aprovação desta proposta.

Sala da Comissão, em            de novembro de 2011.

**Deputado RUBENS BUENO**  
**PPS/PR**